

Nacional

estadão.com.br

Blog. Acesse as últimas notícias no Radar Político
estadão.com.br/e/radarpolitico

Reforma agrária. Sem alarde, governo inicia uma das mudanças mais profundas no órgão criado nos anos 1970, descentralizando o repasse e a administração de recursos destinados às famílias pobres do campo; distribuição de áreas a sem-terra deixa de ser prioridade

Dilma esvazia Incra e amplia acordos locais para estruturar assentamentos

Roldão Arruda

Aos poucos, sem alarde e mesmo enfrentando resistência no meio do funcionalismo e dos movimentos de sem-terra, o governo está levando adiante um extenso projeto de reforma na estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Se concretizada, será a mudança mais profunda na instituição desde sua criação, em 1970, em pleno regime militar.

Uma das principais características da mudança é a descentralização das atividades. As prefeituras, que sempre foram postas à margem da reforma agrária e, por isso mesmo, sempre tenderam a tratar os assentamentos federais como enclaves em seus territórios, estão sendo mobilizadas pela primeira vez.

Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Equipamentos, municípios com até 50 mil habitantes vão receber motoniveladoras, retroescavadeiras e outras máquinas destinadas à melhoria das vias de acesso aos assentamentos da reforma. No caso das prefeituras que fecharem parcerias como Incra, comprometendo-se também a comprar parte da produção das famílias assentadas, o governo federal vai retribuir com o fornecimento de combustível.

Em entrevista ao **Estado**, o presidente do Incra, Carlos Guedes, observou que a medida vai permitir respostas mais rápidas às demandas dos assentamentos, além de garantir uma redução de quase 70% dos gastos.

O Incra também está transferindo para outras instituições públicas as tarefas de construir casas e levar água e energia elétrica às famílias assentadas. Em 2013, o Programa Minha Casa, Minha



Em formação. Assentamentos do Incra na região de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul; novo modelo prioriza dar estrutura para os produtores

MUDANÇAS

	Como é	Como fica
Foco	Partilha de terra via reforma agrária	Melhorar assentamentos existentes
Administração	Prefeituras tratam assentamentos como enclaves federais	Governo vai envolver prefeituras na assistência
Seleção de assentamentos	É feita pelo Incra e movimentos sociais	Será feita apenas pelo governo
Obras	Incra centraliza obras de moradia, energia	Serão passadas a programas federais

Vida, gerido pelo Ministério das Cidades, passará a ser operado dentro dos assentamentos, com um volume de crédito maior do que o ofertado pelo Incra. A meta é financiar a construção de 70 mil novas moradias e a reforma de outras 118 mil em dois anos.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao qual está subordinado o Incra, também fechou há pouco um acordo com o Ministério da Integração Nacional, que permitirá levar água a 30 mil famílias assentadas no semiárido nordestino. Quanto à extensão da rede de energia elétrica, a tarefa agora cabe ao Ministério de Minas e Energia, por meio do Programa Luz para Todos.

Uma das atividades mais politizadas e polêmicas do Incra, que é a seleção das famílias a serem beneficiadas pelo programa de reforma agrária, também será transferida. De acordo com um documento de três páginas que circula em Brasília, com um sucinto perfil do que deverá ser o Incra, as famílias serão selecionadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, de acordo com dados do Cadastro Único – o mesmo utilizado para os programas federais de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Polêmica. Do conjunto de mudanças já iniciadas e que ainda virão, a mais polêmica refere-se à

mudança do foco principal de ação. Mesmo não admitindo abertamente, para evitar atritos com o Movimento dos Sem-Terra (MST), o governo da presidente Dilma Rousseff irá se preocupar cada vez mais com a melhoria dos assentamentos existentes do que com a criação de novos.

Os dados acumulados até aqui já sinalizam claramente a mudança. O governo atual foi o que menos assentou famílias nos últimos 16 anos, segundo números do próprio Incra, apresentados recentemente em reportagem do **Estado**. Um outro levantamento, produzido pelo Núcleo Agrário do PT e divulgado pelo MST, revela que Dilma só ganha do presidente Fernando Collor de Mello em números de decretos de desapropriação de terras para a reforma.

Esses números não causam comoção no governo. Confrontado com as tabelas, Guedes tem dito que a meta não é criar assentamentos, mas sim assentamentos com qualidade, integrados a diferentes políticas de governo, com as famílias bem instaladas e capazes de produzir alimentos. A meta é por abaixo a ideia de que assentamento seria sinônimo de favela rural.

Com a descentralização de algumas atividades, a direção do Incra acredita que pode se concentrar em atividades voltadas para a produção. Planeja reduzir a burocracia para acesso ao microcrédito, melhorar o nível de assistência técnica e favorecer a compra da produção. Segundo Guedes, o número de famílias vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos deve triplicar na próxima safra, passando de 15 mil para 45 mil famílias.

ENTREVISTA

Carlos Guedes, presidente do Incra

‘É preciso atualizar a leitura da questão fundiária’

Para presidente do Incra, concentração de terra é problema localizado, fruto do processo de ocupação territorial do País

Carlos Guedes, funcionário de carreira e presidente do Incra desde julho, acredita que chegou a hora de uma releitura da questão fundiária brasileira. Na entrevista abaixo ele sinaliza o que deveria ser rediscutido.

● **Como vê a crítica ao governo em razão do elevado índice de concentração de terras?**

De um total de quase 5 milhões de imóveis cadastrados no País, existem cerca de 8 mil com área superior ou igual a 5 mil hectares, que estão concentrados em alguns Estados, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pará. Em 18 Estados não chega a 200 o número de imóveis com 5 mil hectares. Em São Paulo estão registrados 109, em Santa Catarina, 16. O curioso é que quando cruza esses dados com os dos acampamentos, uma coisa não bate com outra: eles não estão nas áreas com maior concentração. Nos municípios com o grosso dos acampamentos de sem-terra a área

média dos grandes imóveis não passa de 2 mil hectares.

● **Está dizendo que não há concentração fundiária?**

Estou dizendo que o problema é localizado e fruto do próprio processo de ocupação do território. No Mato Grosso os módulos fiscais são maiores, assim como no Pará. Isso não quer dizer que a gente não vai fazer nada diante do problema. O que eu quero deixar claro é que a ideia de uma mudança estrutural no índice de desigualdade não vai acontecer, porque o problema é localizado, e porque não vamos promover uma nova

colonização do País, como foi feito na década de 70. É preciso fazer uma leitura atualizada da estrutura fundiária e sobre ela



Esvaziado. Presidente do Incra, Carlos Guedes

executar a reforma agrária.

● **O Incra está encolhendo?**

Não. Estamos encerrando um ciclo, uma ideia oriunda dos projetos de colonização dos anos 70, nos quais o Incra era o provedor de todos os benefícios para as famílias que tinham acesso à terra. Naquela época tinha sentido o Incra fazer estradas, casas, escolas, postos de saúde, mas hoje não é mais assim. Temos que dividir com outros órgãos da União, dos Estados e municípios a implantação de políticas públicas. Com isso, o orçamento da reforma vai se multiplicar várias vezes, permitindo cuidar melhor dos 87 milhões de hectares que estão ocupados hoje com áreas de assentamentos. / R.A.

MST perde espaço político e dinheiro com novo modelo

Novo modelo reduz repasses para ONGs ligadas a movimento, que reclama da falta de diálogo com Dilma

Leonencio Nossa | BRASÍLIA

As mudanças produzidas pelo governo Dilma Rousseff no Incra estão atrofiando o Movimento dos Sem-Terra (MST). A organização só tende a perder espaço com a transferência de atividades do Ministério do Desenvolvimento

Agrário para outras pastas. A entrega da tarefa de construção de moradias, por exemplo, para o programa Minha Casa, Minha Vida, fará com que os projetos deixem de passar pelas superintendências regionais, onde a influência do movimento sempre foi mais marcante.

Mudanças no critério de repasse de recursos para ONGs com as quais o MST mantém parceria também estão afetando a vida do movimento social. Agora, há menos recursos disponíveis.

Os canais de interlocução com o governo não funcionam

como no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A presidente Dilma ainda não recebeu representantes do movimento nem vestiu boné vermelho para fotos.

A Secretária-Geral, do ministro Gilberto Carvalho, tem se limitado a atuar como bombeiro nas crises com os sem-terra. Rogério Sotilli, secretário executivo da pasta, ligado ao ex-ministro José Dirceu, implementou uma dinâmica que reduziu a presença de líderes de sem-terra nos órgãos da Presidência.

Há oito meses, Valdir Misnerovicz e seus colegas da direção



Protesto. Sem-terra invadem sede do Incra em São Paulo

nacional do MST entregaram ao governo uma pauta de pedidos, mas até agora não houve resposta. “O governo só nos chama para informar sobre aquilo que vai ocorrer. Deixamos de participar da parte de conceber as políticas”, afirma. “O governo vai se distanciando dos movimentos.”

Misnerovicz avalia que a perda de funções do Incra não deixa o órgão mais forte para fazer desapropriações e assentar famílias. Ele estima que 85 mil famílias vivem hoje em 800 acampamentos, à espera de terra.

“Está havendo uma centralização de poderes, que é característica desse governo, onde a burocracia e a tecnocracia têm mais força que a política”, afirma.